



RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

RAINT - 2020

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR

Curitiba, 26 de fevereiro de 2021

	<i>Nome:</i>	<i>Assinatura:</i>
Elaborado por:	Vinicius Lopes Pereira Auditor Interno	<i>Assinado eletronicamente</i>

SUMÁRIO

1 - Introdução.....	3
2 – Tipos de Auditoria	4
3 - Execução do PAINT - 2020	5
4 – Execução Descritiva do PAINT - 2020.....	6
5 – Notas.....	14
6 – Conclusão	17
7 – Anexo.....	18

1 - Introdução

Este Relatório de Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINIT 2020, destina-se a apresentar os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna (ADI) do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), referente ao exercício de 2020, e foi elaborado em observância ao disposto no Regulamento de Auditoria Interna.

No transcurso do corrente ano, a Auditoria Interna pautou sua atuação nas ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2020, aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, porém, quando necessário ou demandado, ampliou suas ações além do PAINT.

2 – Tipos de Auditoria

- Auditoria de Gestão

A Auditoria de Gestão tem como objetivo avaliar a regularidade e eficiência da gestão administrativa, verificando os resultados alcançados e a aplicação dos recursos públicos em conformidade com os princípios básicos da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), bem como apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos da Instituição.

- Auditoria Operacional

A auditoria operacional tem como objetivo avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades, programas de governo se for o caso, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.

- Auditoria Contábil

A principal linha de atuação da Auditoria Interna é a auditoria contábil, analisando os lançamentos, conciliações, demonstrações contábeis, envio de obrigações acessórias, acompanhamento da Auditoria Externa, em suas análises e recomendações.

3 - Execução do PAINT - 2020

A execução das ações é pautada no Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, composto por 34 ações, que correspondem às grandes áreas contábeis, como imobilizados, despesas administrativas, faturamento, entre outras. Na execução prática das ações, ocorrem vários desmembramentos, e por este motivo o número total de atuações da Auditoria Interna é maior do que consta no PAINT. Abaixo segue descritivo quantitativo das ações segundo PAINT 2020.

Execução PAINT - 2020	
Status	Quantitativo
No Prazo	0
Finalizado	54
Atrasado	0
Parcial	0
Em execução	0
Adiado	0
Total	54

Foram executadas e finalizadas todas as ações previstas no PAINT 2020.

4 – Execução Descritiva do PAINT - 2020

Ação do PAINT 2020	Tema Geral	Avaliação Sumária	Ações	Ordem de Serviço	Data prevista para auditoria	Status	Local	Crítica da Auditoria Interna/Observações
1	Orientação e assessoramento aos Gestores do Tecpar	A Auditoria Interna, acompanhar o desempenho da gestão visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, revisando e avaliando a economia, eficiência e efetividade dos recursos disponíveis.	A Auditoria Interna, acompanhar o desempenho da gestão visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, revisando e avaliando a economia, eficiência e efetividade dos recursos disponíveis.	06-2020	No decorrer do ano	Finalizado	CAE	Encaminhado resposta ao CAE em 26-05-2020
				07-2020		Finalizado	DAF	Orientação DAF
				09-2020		Finalizado	DAF	Orientação DAF
				12-2020		Finalizado	DAF	Orientação DAF
				17-2020		Finalizado	Centro de Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos	Nota 1
				29-2020		Finalizado	DAF	Ressarcimento de despesas Fiocruz e ICC. Foram analisados todos os procedimentos e implantado o modelo de cobrança por ofício com o ICC e IBMP.
				33-2020		Finalizado	PRE	Resposta a C.I. SGV 13/2020
				38-2020		Finalizado	DAF	Recomendação de executar cobrança por ofício Foi adotado como padrão a cobrança por Ofício

				40-2020		Finalizado	Divisão de Logística	Recomendação sobre procedimento a ser adotado.
				41-2020		Finalizado	Divisão Financeira	CI 41-2020
2	Elaboração do relatório anual de atividades de Auditoria Interna - RAIN 2019	Apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna realizados no exercício de 2020	Elaborar e encaminhar para aprovação do CAE e CAD o Relatório Anual de Auditoria Interna - RAIN 2019.	-	Fevereiro/2020	Finalizado	Auditoria Interna	Entregue e aprovado pelo CAE e CAD.
3	Elaboração do plano anual de atividades de Auditoria Interna - PAINT 2021	Planejamento das atividades de Auditoria Interna, contendo a programação dos trabalhos de Auditoria Interna do Tecpar para o exercício de 2020.	Elaborar e encaminhar para aprovação do CAE e CAD o Plano Anual de Auditoria Interna 2020.	-	Dezembro/2020	Finalizado	Auditoria Interna	Aprovado pelo CAE e CAD
				39-2020	Dezembro/2020	Finalizado	CAD	Solicitação de aprovação PAINT 2021
4	Acompanhamento das recomendações da Auditoria Interna	Acompanhamento do cumprimento das recomendações constantes nos relatórios da Auditoria Interna pelos Setores envolvidos.	Acompanhamento constante das ações de 2019 que não foram encerradas	03-2020	No decorrer do ano	Finalizado	Div. Orçamentária, Financeira e Contábil	Auditado e dentro dos padrões contábeis.
				08-2020		Finalizado	Setor de Contabilidade	Apontamentos da Auditoria Externa - Relatório primeiro trimestre - Nota 2.
				27-2020		Finalizado	DAF	Apontamentos da Auditoria Externa - Relatório segundo trimestre - Nota 2.

				28-2020		Finalizado	Div. Orçamentária, Financeira e Contábil	Apontamentos da Auditoria Externa - Linha Telefônica - Está em processo de baixa o valor referente a direito de linha telefônica, tendo o cuidado de garantir que o Instituto não tem nenhum direito em relação as ações de linha telefônica.
				37-2020		Finalizado	DAF	Apontamentos da Auditoria Externa - Nota 2.
5	Imobilizado	Acompanhamento das aquisições e das contabilizações nas respectivas contas contábeis	Acompanhamento dos imobilizados em 2020.	16-2020	Agosto/2020	Finalizado	Div. Orçamentária, Financeira e Contábil	Verificado amostra do processo de aquisição e incorporação de imobilizado, esta em conformidade o processo.
		Acompanhamento do inventário físico 2019/2020	Acompanhamento do inventário físico 2019/2020	-	Novembro/2020	Finalizado	Divisão Logística	Foi realizado o inventário físico em 2020, estando dentro dos padrões de controle patrimonial. Algumas melhorias foram apontadas e já foram implementadas em 2021.
6	Estoques	Acompanhamento do controle dos estoques	Acompanhamento dos estoques de 2020.	34-2020	Novembro/2020	Finalizado	Diretoria de Tecnologia e Inovação	Nota 3
				35-2020		Finalizado	Diretoria Industrial da Saúde	
				36-2020		Finalizado	Divisão de Logística	
7	Aplicação de liquidez imediata	Acompanhamento das aplicações financeiras	Acompanhamento da aplicação da norma de aplicações financeiras	01-2020	Abril/2020	Finalizado	Setor Financeiro	Comprovação enviada pelo Setor Financeiro que os saldos do Tecpar estão devidamente aplicados.

8	Capital Social	Acompanhamento e análise das variações do capital social e sua subscrição.	Acompanhamento das alterações do capital social	-	Novembro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Em 2020 o Tecpar recebeu aproximadamente R\$ 44 milhões como integralização de capital. Será encaminhado pedido para inclusão desse aporte no capital social do Instituto.
9	Resultado do exercício	Acompanhamento e análise e variações dos lucros	Acompanhamento e análise e variações dos lucros	-	Novembro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	O prejuízo do Instituto variou de R\$ 26.149.115,06 em 2019, para R\$ 72.652.580,48 em 2020. Aumento de 64%. Está de acordo com as normas contábeis.
10	Custo por Absorção	Custo Integrado/Absorção	Acompanhamento da implantação do Custo por Absorção (Custo Integrado)	02-2020	Abril/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Nota 4
11	Reserva de capital	Acompanhamento e análise de formação das reservas de capital	Acompanhamento e análise de formação das reservas de capital	-	Junho/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Está de acordo com normas contábeis, políticas externas e internas.
12	Vendas de produtos	Acompanhamento e análise de formação das rotinas de vendas e emissão de nota fiscal e tributos envolvidos	Acompanhamento das vendas dos produtos do Instituto	10-2020	Junho/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Auditado e dentro dos padrões contábeis e fiscais.
				11-2020		Finalizado	Setor Financeiro	Auditado e dentro dos padrões contábeis e fiscais.
13	Direitos junto a clientes	Acompanhamento e análise da contabilização dos direitos junto a clientes	Acompanhamento da conta Clientes	18-2020	Agosto/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Auditado e dentro dos padrões contábeis e fiscais.
			Auditoria em NFs lançadas	31-2020		Finalizado	Setor Financeiro	Auditado e dentro dos padrões contábeis e fiscais.
14	Bancos - Contas Correntes	Acompanhamento e análise da contabilização dos recebimentos e pagamentos	Auditoria de recebimentos e pagamentos	20-2020	Agosto/2020	Finalizado	Setor Financeiro	Auditado e dentro dos padrões contábeis e financeiros.

15	Despesas Gerais e Administrativas	Acompanhamento e análise da contabilização das despesas gerais e a administrativas	Acompanhamento de suficiência de caixa para honrar com os compromissos do Instituto.	04-2020	Maio/2020	Finalizado	Diretoria de Adm. e Finanças	O Tecpar fechou o exercício com disponibilidade de caixa de R\$ 92 milhões, o que não é suficiente para honrar com seu principal fornecedor em aberto.
16	Fornecedores	Acompanhamento e análise da contabilização dos fornecedores	Acompanhamento e análise da contabilização dos fornecedores	19-2020	Setembro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Auditado e dentro dos padrões contábeis.
				32-2020	Setembro/2020	Finalizado	Setor Financeiro	
17	Contas a pagar	Acompanhamento e análise da contabilização do contas a pagar	Acompanhamento e análise da contabilização do contas a pagar	21-2020	Setembro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Auditado e dentro dos padrões contábeis e financeiros.
18	M.S. Medic para uso humano	Acompanhamento e análise da contabilização das receitas com medicamentos para uso humano.	Acompanhamento das PDPs	05-2020	Abril/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	05-2020 - As PDPs estão em fase de nova análise pelo Ministério da Saúde, onde foram apresentados novos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, e o processo permanece em andamento.
19	Venda de serviços	Acompanhamento e análise da contabilização das receitas com vendas de serviços	Auditoria da contabilização das receitas de vendas de serviços.	-	Outubro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	As vendas foram realizadas dentro das normas contábeis e financeiras. Em relação à receita operacional líquida, teve redução de 33%, passando de 9,7 milhões em 2019 para 7,3 milhões em 2020.
20	Devoluções e abatimentos	Acompanhamento e análise da contabilização das devoluções e abatimentos	Auditar as devoluções e abatimentos	30-2020	Outubro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Auditado e dentro dos padrões contábeis.

21	Custo de mercadorias vendidas	Acompanhamento e análise da contabilização do custo da mercadoria vendida	Auditoria de CMV (Custo de Mercadoria Vendida).	-	Outubro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Em 2020 o CPV e CVS foram de: CPV - Custo do produto vendido R\$ 903,00 CSV - Custo do serviço vendido R\$ 2.889.907,70. Porém, esses valores não refletem todo o período, pois a custo integrado foi implantado somente de junho. Em relação ao 2019 não é possível realizar uma comparação, pois em 2019 não foi contabilizado CPV e CSV.
22	Despesas com pessoal	Acompanhamento e análise da contabilização das despesas com pessoal	Auditoria na despesa com pessoal.	22-2020	Julho/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Nota 5
23	Perdas	Acompanhamento e análise da contabilização das perdas	Auditoria da contabilização das perdas.	-	Novembro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	O total de perdas em 2020 foi de R\$ 10.169.929,30, e esse valor se deve principalmente ao provisionamento de descartes de vacinas e matérias primas de vacina antirrábica, totalizando 8,1 milhões. Não é possível fazer uma correlação entre 2019, pois em 2019 não houve lançamento de perdas devido a implantação do custo.
24	Depósitos judiciais	Acompanhamento e análise da contabilização dos depósitos judiciais	Contas contábeis de Depósito Judiciais (trabalhista)	23-2020	Setembro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Nota 6
25	Remessas em consignação	Acompanhamento e análise da contabilização das remessas em consignação ativa.	Razão contábil Remessas de Consignação - Antígenos	14-2020	Junho/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Nota 7
26	Intangível	Acompanhamento e análise da contabilização do intangível	Acompanhamento da contabilização do intangível	24-2020	Agosto/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Em relação ao intangível, houve uma variação de 3% entre 2020 e 2019. O principal ativo intangível do Instituto é o sistema Benner ERP.

27	Provisões férias	Acompanhamento e análise da contabilização das apropriações de férias	Acompanhamento nas contabilizações de férias	25-2020	Agosto/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	A apropriação de férias está correta, porém, devido a parâmetros do ERP, está aparecendo um pequeno saldo residual. Já foi alvo de auditoria e esta sendo trabalhado esse aperfeiçoamento.
28	Provisões 13º salário	Acompanhamento e análise da contabilização das apropriações de 13º salário	Auditado contabilização das apropriações de 13º salário	-	Outubro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	De acordo com análise da Auditoria Interna e Independente, não foi encontrada nenhuma inconsistência.
29	Índice de liquidez imediato	Acompanhamento da liquidez imediato do Instituto	Acompanhamento da liquidez imediato do Instituto	-	No decorrer do ano	Finalizado	Setor de Contabilidade	No exercício de 2020 o índice de liquidez imediato do Instituto foi de 65%. A literatura classifica que se o índice estiver abaixo de 100%, significa que a empresa não tem capacidade de pagar de imediato suas obrigações. Nesse caso, teria capacidade de pagar apenas 65% de suas obrigações imediatas.
30	Reservas para incentivos fiscais	Acompanhamento e análise da contabilização das reservas para incentivos fiscais	Acompanhamento e análise da contabilização das reservas para incentivos fiscais	-	Outubro/2020	Finalizado	Setor de Contabilidade	Não foi encontrada nenhuma divergência, esta de acordo com as previsões legais.
31	Gestão de compras e contratações	Acompanhamento e análise dos processos licitatórios	Acompanhamento das ações do Controle Interno em relação a processos licitatórios	-	No decorrer do ano	Finalizado	Controle Interno	O Instituto em acordo com os dispositivos legais disponibiliza em seu portal todos os processos licitatórios, recursos, e relatórios de todas as licitações da empresa. Também é objeto do Controle Interno esse acompanhamento. Tudo esta dentro das normativas legais.

32	Gestão Patrimonial	Acompanhamento e análise da gestão patrimonial	Acompanhamento e análise da gestão patrimonial	15-2020 26-2020	Julho/2020	Finalizado	Diretoria de Adm. e Finanças	Foi realizado o inventário físico em 2020, estando dentro dos padrões de controle patrimonial. Algumas melhorias foram apontadas e já implementadas em 2021.
33	Gestão de Recursos Humanos	Acompanhamento e análise da gestão de recursos humanos	Analisa da gestão de recursos humanos, como acordo coletivo, etc.	13-2020	Junho/2020	Finalizado	Divisão de Gestão Estratégica de Pessoas	A DAF informou que toda questão salarial precisa ser aprovada pela CCEE Conforme Decreto Estadual 31-2015, e que o ACT 2018-2019 encontra-se judicializado em Segunda Instância, e que o ACT 2019-2020 também está judicializado, porém, em primeira instância.
34	Exigível a curto e longo prazo	Acompanhamento do passivo exigível a curto e longo prazo.	Acompanhamento da liquidez do Instituto frente às obrigações de curto e longo prazo dos principais contratos.	-	No decorrer do ano	Finalizado	Diretoria de Adm. e Finanças	Em relação a Passivo de Curto e Longo Prazo, estão contabilizados dentro das normas contábeis, contudo, vale um destaque para o Fornecedor Roche que permanece em aberto.

5 – Notas

Nota 1.

O Centro de Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos (CDI) no exercício 2020 comunicou a contabilidade a necessidade o provisionamento para baixa de estoque de produtos intermediários SVIFH-Bag e produtos finais da vacina Rhabdocell, com valor de aproximadamente 7,2 milhões. Diante desse fato, a Auditoria Interna solicitou esclarecimentos sobre essa baixa, respondido através CDI 39/2020.

Esse produto reprovado pelo controle de qualidade esta estocado, provisionado como:

(-) PROVISÃO PARA PERDA DE ESTOQUE EM ELABORAÇÃO

(-) PROVISÃO PARA PERDA DE ESTOQUE DE PROD ACABADO

Sendo assim, aguarda procedimento interno para contratação de descarte do produto e baixa contábil.

Nota 2.

No decorrer do exercício, a Auditoria Independente apresentou ressalvas sobre alguns pontos auditados. A Auditoria Interna atuou com todas as áreas envolvidas nas ressalvas, e em especial com a Diretoria Administrativa e Financeira (DAF), trabalharam para a resolução dos apontamentos. Ao final do exercício restaram as seguintes ressalvas:

1. Demonstrativo de Resultado sem custos de produtos e serviços vendidos
2. Custo Integrado, ociosidades e serviços em andamento
3. Estoques Almojarifado
4. Provisão para Contingência

As questões 1 e 4 já foram sanadas, e as outras estão sendo trabalhadas com a DAF para que sejam sanadas o mais brevemente.

Nota 3.

Ao final do exercício a Auditoria Impendente emitiu a seguinte ressalva:

O saldo contábil da conta Estoques (Almojarifado) em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.556.717,93, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No mês de dezembro de 2020, procedemos acompanhamento da contagem física por amostragem de estoques nos almojarifados situados na CIC, contemplando 60,88% (sessenta, virgula, oitenta e oito por cento) do valor contábil dos estoques, e no final constatamos que os estoques físicos

representam apenas 53,42% (cinquenta e três, vírgula, quarenta e dois por cento) do valor contábil de 31/12/20. Destacamos que não foi possível determinar os efeitos de possíveis ajustes nas contas dos estoques sobre as demonstrações financeiras.

Ao longo de 2020 foram realizadas diversas ações e melhorias nos almoxarifados visando ajustar os estoques físicos e contabilizados. Foram feitos muitos aperfeiçoamentos e parte das divergências resolvidas, porém não foi possível dirimir na totalidade, sendo desta forma apontado pela Auditoria Independente. Vale ressaltar que a pandemia atrapalhou muito a total resolução dessa divergência. Em 2021 estão sendo tomadas as devidas providências para resolver esse problema.

Nota 4.

Ao final do exercício a Auditoria Independente emitiu a seguinte ressalva:

Custo Integrado, ociosidades e serviços em andamento

No mês de junho de 2020, o Instituto iniciou de fato a implantação do custo integrado com a contabilidade, todavia, verificamos altos índices de ociosidades com percentual médio de 90,35% no trimestre de outubro a dezembro de 2020, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.15. A principal causa das ociosidades ocorre pela falta de apontamentos nas Ordens de Produção, sendo que no período de junho a dezembro de 2020, o valor destas atingiram o montante de R\$ 19.392.853,75. Os custos ociosos interferem diretamente nos estoques de insumos, nos custos dos serviços vendidos, nos serviços em andamento e serviços acabados a faturar.

Em 31 de dezembro de 2020 havia 201 (duzentas e uma) ordens de produção em andamento, as quais consumiram mão de obra e materiais gerais. No entanto o sistema de custos não reconheceu os serviços em andamento (estoque) e conseqüentemente não houve o registro contábil. Não sendo possível determinar os efeitos no resultado do Instituto de possíveis ajustes nos custos dos serviços vendidos, estoques de insumos, serviços em andamentos e serviços acabados a faturar.

Como demonstrado pela Auditoria Independente o custo integrado ainda necessita de aperfeiçoamentos que estão em andamento no exercício 2021, como por exemplo revisão dos parâmetros de custo de mão de obra, controle de ordens de produção em aberto, etc.

Nota 5.

As despesas com pessoal se mantem estáveis, até porque o Instituto não tem nenhum concurso em aberto e não realiza contratações. Contudo é importante verificar um risco que o Instituto apresenta em relação aos reajustes salariais determinados por acordo coletivo de trabalho (ACT), que a empresa não implanta desde 2018. Essa pendência está criando um passivo trabalhista para o Instituto, já que esses acordos estão sendo judicializados, e nas instâncias já percorridas, foram desfavoráveis ao Tecpar. Mensalmente são provisionados os valores referentes aos percentuais correspondentes aos ACTs, fechando o exercício 2020 em aproximadamente R\$7,5 milhões, porém, esses valores podem ser majorados devido ao processo trabalhista, com juros, correção monetária e multas, entre outras penalizações.

Nota 6.

Ao final do exercício a Auditoria Independente emitiu a seguinte ressalva:

Provisão para Contingência

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a provisão para contingência constituída pelo Instituto não é suficiente para cobrir as perdas prováveis, sendo a insuficiência não provisionada equivale a R\$ 6.879.708,14. Consequentemente em 31 de dezembro de 2020, o Passivo não Circulante e Resultado do Exercício estão menores e o Patrimônio Líquido está a maior no referido valor. O Pronunciamento Técnico CPC 25 item 14, prevê que as contingências passivas com probabilidade de perda classificadas como “Provável” devem ser reconhecidas contabilmente.

Essa divergência foi um erro material, sendo prontamente corrigido em janeiro de 2021.

Nota 7.

Os antígenos veterinários (produtos fabricados e vendidos pelo Tecpar), foram encerrados no ano de 2018 com a descontinuidade do laboratório que ficava no Campus Juvevê. A produção foi encerrada devido à falta de condições de infraestrutura, que demandaria investimentos financeiros para a Instituição, que naquele momento entendeu não ser prioritário. No ano de 2020, foi instituído grupo de trabalho para a retomada destes produtos. Os trabalhos tiveram andamento e atualmente foi contratado projeto básico e executivo das instalações do laboratório de produção de insumos veterinários no Tecpar CIC. Sendo assim, a conta contábil Remessas de Consignação – Antígenos, encontra-se com saldo zero.

6 – Conclusão

O andamento do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2020 encontrou muitos desafios no exercício de 2020, principalmente provocado pandemia de Coronavírus, que impactou diretamente no funcionamento do Tecpar, com vários funcionários trabalhando em home office, diversos infectados, restrições de quantidade de funcionários no mesmo local de trabalho, entre outras. Foi realizado um grande esforço por parte do corpo funcional, para que todas as obrigações fossem cumpridas.

Na execução do PAINT 2020 ficou demonstrado um bom sistema de controle do Instituto, porém, o destaque negativo foram os apontamentos da auditoria externa, principalmente em relação às divergências de estoque e custo integrado. Essas duas principais questões já estão sendo solucionadas e são esperadas as devidas correções já no primeiro trimestre de 2021.

Outro ponto que vale destaque é em relação à continuidade operacional do Instituto, já que suas receitas não fazem frente às despesas, necessitando de suportes do Governo Estadual, que estão vindo na forma de integralização de capital, e esse é outro ponto de inflexão, pois é necessário o devido cuidado com a aplicação desses recursos, em obediência as determinações legais das fontes pagadoras. Também em relação a receitas, vale ressaltar o atendimento ao dispositivo da lei 13.303/16, Art. 1º, § 1º.

No que se refere a índices econômicos, abaixo são apresentados os índices usualmente adotados em editais de licitação: Índice de Liquidez Geral (ILG); Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Solvência Geral). Os resultados foram os seguintes:

Índice de Liquidez Geral ILG = 0,59

Índice de Liquidez Corrente (ILC) = 0,72

Índice de Solvência Geral (SG) = 1,23

São considerados índices satisfatórios maior ou igual a 1 (um). No caso do Instituto ao final de 2020 somente a Solvência Geral atenderia a esse requisito.

7 – Anexo



TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

Curitiba - PR

**Demonstrações Financeiras do Período Findo
em 31 de dezembro de 2020**



TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes	1 - 4
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balço Patrimonial	5
Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Notas Explicativas	9



Executive
Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros do
TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Demonstrativo de Resultado sem custos de produtos e serviços vendidos

No período de janeiro a maio de 2020, o Instituto não possuía custo integrado ou outra forma de controle aplicável para a apuração dos custos industriais e de serviços, conseqüentemente o Demonstrativo de Resultados (DRE) de 31 de dezembro de 2020 não contemplou os Custos dos Produtos e Serviços Vendidos daquele período, conforme determina a legislação contábil em vigor - Lei 6.404/76, artigo 187 e CPC 26, item 82.

Custo Integrado, ociosidades e serviços em andamento

No mês de junho de 2020, o Instituto iniciou de fato a implantação do custo integrado com a contabilidade, todavia, verificamos altos índices de ociosidades com percentual médio de 90,35% no trimestre de outubro a dezembro de 2020, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.15. A principal causa das ociosidades ocorre pela falta de apontamentos nas Ordens de Produção, sendo que no período de junho a dezembro de 2020, o valor destas atingiram o montante de R\$ 19.392.853,75. Os custos ociosos interferem diretamente nos estoques de insumos, nos custos dos serviços vendidos, nos serviços em andamento e serviços acabados a faturar.

Em 31 de dezembro de 2020 haviam 201 (duzentas e uma) ordens de produção em andamento, as quais consumiram mão de obra e materiais gerais. No entanto o sistema de custos não reconheceu os serviços em andamento (estoque) e conseqüentemente não houve o registro contábil.



Executive Auditors Independents

Não sendo possível determinar os efeitos no resultado do Instituto de possíveis ajustes nos custos dos serviços vendidos, estoques de insumos, serviços em andamentos e serviços acabados a faturar.

Estoques Almojarifado

O saldo contábil da conta Estoques (Almojarifado) em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.556.717,93, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. No mês de dezembro de 2020, procedemos acompanhamento da contagem física por amostragem de estoques nos almojarifados situados na CIC, contemplando 60,88% (sessenta, vírgula, oitenta e oito por cento) do valor contábil dos estoques, e no final constatamos que os estoques físicos representam apenas 53,42% (cinquenta e três, vírgula, quarenta e dois por cento) do valor contábil de 31/12/20. Destacamos que não foi possível determinar os efeitos de possíveis ajustes nas contas dos estoques sobre as demonstrações financeiras.

Provisão para Contingência

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a provisão para contingência constituída pelo Instituto não é suficiente para cobrir as perdas prováveis, sendo a insuficiência não provisionada equivale a R\$ 6.879.708,14. Consequentemente em 31 de dezembro de 2020, o Passivo não Circulante e Resultado do Exercício estão menores e o Patrimônio Líquido está a maior no referido valor. O Pronunciamento Técnico CPC 25 item 14, prevê que as contingências passivas com probabilidade de perda classificadas como **Provável** devem ser reconhecida contabilmente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva, sobre as demonstrações financeiras.

Ênfase

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20 o Instituto mantém registrado na rubrica "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", saldo de R\$ 95.965.137,08 (noventa e cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta e sete reais e oito centavos). Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital concedido pelo Estado do Paraná, e será utilizado em futuro aumento de capital em favor do Estado do Paraná. No momento, o Instituto aguarda os prosseguimentos dos trâmites legais para efetivar o aumento do capital social. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 28, que indica que o Instituto incorreu em um prejuízo de R\$ 72.652.580,18 durante o exercício findo em 31 de dezembro de



Executive Auditors Independents

2020, acumulando um prejuízo de R\$ 259.147.464,21 e, nessa data, o Instituto apresenta passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 174.934.628,40, em contraposição ao ativo circulante e realizável a longo prazo no montante de R\$ 103.816.351,40, gerando passivos superiores em R\$ R\$ 71.118.277,00. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade do Instituto de manter sua continuidade operacional. Tal situação indica que as receitas geradas pelo Instituto são insuficientes para cobrir os custos e as despesas operacionais, gerando a necessidade de aporte de recursos financeiros pelo Estado do Paraná, mediante a integralização de capital, para manutenção de suas atividades e seu equilíbrio econômico financeiro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas, por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 04 de março de 2020, com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Executive Auditors Independents

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de janeiro de 2021.

Executive Auditors Independents
CRC-PR-005657/O-1

NELSON BAZZANEZE:28672950097

Assinado de forma digital por NELSON BAZZANEZE:28672950097
Dados: 2021.01.25 16:32:45 -03'00'

Nelson Bazzaneze
Contador CRC-PR-045350/O-1
CNAI Nº 2742
Nº 2742



TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	92.408.678,39	74.181.203,31
Contas a receber de clientes	4	3.077.558,86	4.048.751,63
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	5	828.570,97	596.075,96
Tributos a recuperar	6	1.204.890,56	1.216.150,81
Estoques	7	4.441.759,23	10.731.051,28
Despesas antecipadas	8	71.222,31	105.460,19
		102.032.680,32	90.878.693,18
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	1.783.671,08	3.096.651,80
Imobilizado	10	107.477.596,56	110.442.628,20
Intangível	11	3.995.137,16	4.114.975,18
		113.256.404,80	117.654.255,18
Total do ativo		215.289.085,12	208.532.948,36
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	125.672.754,83	126.787.459,02
Obrigações trabalhistas e sociais	13	6.642.756,32	7.065.387,00
Obrigações tributárias	14	183.739,52	201.861,04
Provisão reajuste ACT	15	7.562.149,00	3.229.661,00
Contas a pagar	16	1.025.747,25	-
Outras obrigações	17	215.374,65	69.161,83
		141.302.521,57	137.353.529,89
Não circulante			
Provisões para contingências	18	1.434.700,00	1.258.922,35
Subvenção governamental para investimento	19	32.197.406,83	-
		33.632.106,83	1.258.922,35
Total do passivo		174.934.628,40	138.612.452,24
Patrimônio líquido			
Capital social	20	134.479.376,18	134.479.376,18
Adiantamento para futuro aumento de capital	20	95.965.137,08	52.101.596,00
Reserva de capital	20	34.351.401,60	34.351.401,60
Ajuste de avaliação patrimonial	20	34.706.006,07	34.706.006,07
Prejuízos acumulados	20	(259.147.464,21)	(185.717.883,73)
		40.354.456,72	69.920.496,12
Total do passivo e patrimônio líquido		215.289.085,12	208.532.948,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	21	7.336.404,35	9.722.473,44
Custo dos produtos vendidos	22	(903,00)	-
Custos dos serviços vendidos	22	(2.889.907,70)	-
Perdas de estoques	22	(10.169.929,30)	-
Custos com ociosidades	22	(19.392.853,75)	-
Lucro bruto		(25.117.189,40)	9.722.473,44
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	23	(32.581.188,19)	(49.584.401,23)
Despesas gerais e administrativas	24	(15.674.343,05)	(26.266.975,00)
Despesas tributárias	25	(606.386,32)	(783.217,04)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	204.473,50	37.527.862,54
		(48.657.444,06)	(39.106.730,73)
Resultado antes do resultado financeiro		(73.774.633,46)	(29.384.257,29)
Resultado financeiro	27		
Despesas financeiras	27.a	(22.546,45)	(2.983,14)
Receitas financeiras	27.b	1.144.599,43	3.238.125,37
		1.122.052,98	3.235.142,23
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	28	(72.652.580,48)	(26.149.115,06)
Contribuição social e imposto de renda		-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(72.652.580,48)	(26.149.115,06)

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

	2020	2019
Prejuízo líquido do período	(72.652.580,48)	(26.149.115,06)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	(72.652.580,48)	(26.149.115,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

Eventos	Capital Social	Adiantamento para aumento de capital	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucro (prejuízo) do Exercício	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2018	134.479.376,18	-	34.351.401,60	34.706.006,07	(159.568.768,67)	43.968.015,18
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(26.149.115,06)	(26.149.115,06)
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	52.101.596,00	-	-	-	52.101.596,00
Em 31 de dezembro de 2019	134.479.376,18	52.101.596,00	34.351.401,60	34.706.006,07	(185.717.883,73)	69.920.496,12
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	43.863.541,08	-	-	-	43.863.541,08
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(777.000,00)	(777.000,00)
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(72.652.580,48)	(72.652.580,48)
Em 31 de dezembro de 2020	134.479.376,18	95.965.137,08	34.351.401,60	34.706.006,07	(259.147.464,21)	40.354.456,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(72.652.580,48)	(26.149.115,06)
Ajustes por:		
Provisões trabalhistas	4.332.488,00	(182.038,31)
Provisão para contingências	175.777,65	(132.900,00)
Alienação imobilizado	-	461.000,00
Ajuste de exercícios anteriores	(777.000,00)	-
Depreciação e amortização	3.617.602,38	3.355.747,54
Lucro (prejuízo) Ajustado	(65.303.712,45)	(22.647.305,83)
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	971.192,77	13.759.184,81
Adiantamentos a funcionarios e fornecedores	(232.495,01)	-
Impostos a recuperar	11.260,25	100.898,14
Estoques	6.289.292,05	(1.880.089,57)
Despesas antecipadas	34.237,88	(44.738,89)
Depósitos judiciais	1.312.980,72	(201.914,90)
Outros direitos realizáveis	-	2.458.422,03
	8.386.468,66	14.191.761,62
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.114.704,19)	974.715,95
Obrigações trabalhistas e encargos	(422.630,68)	(255.149,64)
Obrigações tributárias	(18.121,52)	(99.396,86)
Axis/ PDP Transtuzumabe	-	(36.876.083,90)
Contas a pagar	1.025.747,25	-
Outras obrigações	146.212,82	(171.647,58)
	(383.496,32)	(36.427.562,03)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(57.300.740,11)	(44.883.106,24)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(652.570,74)	(2.945.672,14)
Baixa no intangível	119.838,02	(1.827.342,56)
Adiantamento a funcionários e fornecedores	-	2.127.066,51
Subvenções governamental para investimento	32.197.406,83	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	31.664.674,11	(2.645.948,19)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	43.863.541,08	52.101.596,00
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	43.863.541,08	52.101.596,00
Aumento(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	18.227.475,08	4.572.541,57
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	74.181.203,31	69.608.661,74
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	92.408.678,39	74.181.203,31
Aumento(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	18.227.475,08	4.572.541,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná

Curitiba - PR

Notas explicativas às Demonstrações Financeira do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional

O Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar, é uma empresa pública de direito privado, é parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 7.056, de 04 de dezembro de 1978, com as alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998 e Lei Estadual nº 18.875, de 27 de setembro de 2016, regendo-se por este Estatuto, pelas Leis Federais nº 6.404/1976 e 13.303/2016.

Constitui o objeto social do TECPAR colaborar com a consecução de políticas públicas por meio do desenvolvimento científico e tecnológico e da produção e disseminação para a área da saúde e oferta de bens e serviços para os setores público e privado, provendo soluções científicas, tecnológicas e inovadoras, por meio da mobilização de competências que favoreçam a competitividade da economia brasileira, em consonância com as orientações estratégicas do Estado do Paraná e atuando sob o princípio da indissociabilidade entre educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, soluções tecnológicas e difusão tecnológica e inovação.

Objetivos específicos:

I – fomentar e proporcionar apoio científico e tecnológico às atividades dos diversos setores econômicos de interesse para o Estado e para o País;

II – criar ou adaptar tecnologias de interesse econômico e social visando ao desenvolvimento sustentável;

III – promover e desenvolver estudos e executar programas e projetos inovadores de caráter científico e tecnológico;

IV – realizar atividades de calibração de instrumentos de medição, de ensaios, de certificação e inspeção da conformidade e de controle da qualidade;

V – desenvolver e difundir tecnologias de gestão para a melhoria da competitividade das organizações públicas e privadas;

VI – formar e capacitar recursos humanos de interesse do desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como aqueles necessários à execução de programas e projetos em articulação com universidades e centros de referência do País e do exterior;

VII – colaborar, desenvolver e oferecer cursos de graduação e pós-graduação stricto-sensu e lato-sensu, nas suas áreas de competência, diretamente ou em parceria com outras instituições, conferindo graus, diplomas e outros títulos cabíveis;

VIII – pesquisar, desenvolver, inovar, produzir e distribuir produtos para a área de saúde, medicamentos sintéticos, biológicos e biotecnológicos de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como produtos veterinários para políticas públicas de modo em geral;

IX – promover atividades em rede com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais nas áreas de sua atuação, bem como participar de iniciativas de inovação aberta;

X – promover a cultura empreendedora e favorecer o surgimento de novas empresas de base tecnológica inovadoras;

XI – incentivar a proteção legal de seus ativos intangíveis e promover a sua difusão;

XII – organizar, tratar e disseminar informação qualificada para o desenvolvimento tecnológico e inovação;

XIII – promover o processo de inclusão digital favorecendo o desenvolvimento socioeconômico;

XIV – desempenhar atividades de interesse das políticas industrial e de ciência, tecnologia e inovação do País, observados os interesses do Estado do Paraná;

XV – adotar e disseminar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa.

As receitas do Tecpar são compostas pela venda de prestação de serviços, vacinas e recursos oriundos do Estado, garantidos pela lei que instituiu o Fundo Paraná, Lei Estadual nr. 12.020/98.

Receitas Próprias

Durante o Exercício de 2020 o Tecpar ofereceu produtos e serviços, que além dos resultados sociais tiveram um retorno financeiro bruto, conforme quadro abaixo:

Código	Nome/Descrição	Quantidades	Valor
2.01.03.001.001	1.03 - Animais	205	9.035,00
2.03.01.001.001	1.07 - Produtos para saúde	237	146.871,00
2.03.01.001.002	1.08 - Alimentos e bebidas	1925	1.662.613,08
2.03.01.001.003	1.09 - Processos administrativos	56	12.453,00
2.03.01.001.004	1.10 - Materiais metálicos	1211	160.741,00
2.03.01.001.005	1.11 - Materiais poliméricos/elastomericos	1567	385.199,70
2.03.01.001.006	1.12 - Madeiras e móveis	402	192.393,00
2.03.01.001.007	1.13 - Energias	353	72.656,40
2.03.01.001.008	1.14 - Soluções tecnológicas e relatórios	1526	554.181,99
2.03.01.001.009	1.15 - Embalagens	540	388.037,01
2.03.01.001.010	1.16 - Fertilizantes	2677	366.265,50
2.03.01.001.011	1.17 - Aguas/solo e efluentes	990	280.353,94
2.03.01.001.012	1.18 - Serviços e produtos diversos	44	16.610,00
2.03.01.001.013	1.19 - Materiais texteis	3	1.350,00
2.03.01.001.014	1.20 - Mteriais medicos e saneamento	58	11.610,00
2.03.01.002.001	1.21 - Sistemas	209	693.845,30
2.03.01.002.002	1.22 - Produtos	648	1.365.811,10
2.03.01.004.001	1.24 - Entidades vinculadas/incubadoras	1112,76	1.001.941,46
2.03.01.005.001	1.25 - Informações	37	317.147,41
2.03.01.006.001	1.26 - CMV	11	17.188,56
2.03.01.006.002	1.27 - Tempo frequencia	16	5.340,00
2.03.01.006.003	1.28 - Elétrica	27	5.115,00
2.03.01.006.004	1.29 - Temperatura e umidade	14	2.985,00
2.03.01.006.005	1.30 - Físico química	5	1.640,00
2.03.01.006.006	1.31 - Pressão	19	3.290,00
2.03.01.006.007	1.32 - Força	7	3.800,00
2.03.01.006.008	1.33 - Massa	154	27.808,00
2.03.01.006.009	1.34 - Volume	32	3.035,00
2.03.01.007.001	1.35 - Controle da qualidade	265	53.698,26

LEI 12.020/98 – FUNDO PARANÁ

Conforme item 3.3 e 3.3a da Ata na XXVI Reunião Ordinária do Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia CCT – Paraná datada de 17/12/2019 foi deliberado que o repasse ao TECPAR do direito a que faz jus o Instituto sobre os recursos do fundo Paraná, para o exercício de 2020 se daria “por meio de integralização de capital ou outra forma de repasse que venha a ser definida pelo governo”.

Dessa forma, a Superintendência Geral De Ciência, Tecnologia E Ensino Superior – SETI emitiu os seguintes empenhos:

Nr. empenho	Empenhado	Pago	Restos a pagar
20000117	R\$ 46.178.549,00	R\$ 43.863.541,08	R\$ 2.315.007,92
20000131	R\$ 4.103.104,00	R\$ 0,00	R\$ 4.103.104,00
20000134	R\$ 15.692.174,00	R\$ 0,00	R\$ 15.692.174,00
Total	R\$ 65.973.827,00	R\$ 43.863.541,08	R\$ 22.110.285,92

Provisões para perdas de Estoques:

No exercício de 2020, houve provisões para perdas de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados no valor total de R\$ 8.120.342,45, sendo que no mês de junho foi provisionado o valor de R\$ 7.094.595,20 e no mês de outubro de 2020 o valor de R\$ 1.025.747,25, cujos valores referem-se aos descartes dos estoques de produtos intermediário (SVIFH-BAG) e produto final (SVIFH-BAG), devido a reprovações de partidas de vacina em controle de qualidade, motivada pela perda de potência (NIH), conforme comunicação interna CDI 039/2020 de 01 de setembro de 2020, emitida pelo

Centro de Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos.

Produtos a serem descartados:

DESCRIÇÃO	VALOR
5.790,50 Kg – Produtos intermediários (SVIF-BaG)	3.935.590,40
4.333.350 doses – Produtos final	4.184.752,05
TOTAL	8.120.342,45

Subvenção Governamental para Investimento

Em dezembro de 2018 o Instituto firmou o convênio 05/18 com a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, e SETI – FUNDO PARANÁ, que visa o fomento do projeto “Desenvolvimento de Novas Tecnologias de Produção de Medicamentos Biológicos no Campus do Tecpar em Maringá”, que tem como objeto implantar o Centro de Desenvolvimento e Produção de Medicamentos Biológicos do Tecpar em Maringá, por meio da adequação das instalações de Infraestrutura do Campus e dos prédios necessários, visando a transferência e absorção do conhecimento em plataformas tecnológicas, para fornecimento ao SUS.

Valor do convênio R\$ 37.400,000,00 (trinta e sete milhões, quatrocentos mil reais) o convênio tem vigência a partir da assinatura pelo prazo de 40 (quarenta) meses, sendo destes, 36 (trinta e seis) meses destinados para a execução do projeto, podendo ser alterado e prorrogado mediante termo aditivo.

Repasses efetuados:



- Em 16/06/2020 - R\$ 5.348.000,00 parcela 01 de 07
- Em 25/06/2020 – R\$ 5.342.000,00 parcela 02 de 07
- Em 14/07/2020 – R\$ 5.342.000,00 parcela 03 de 07
- Em 29/07/2020 – R\$ 5.342.000,00 parcela 04 de 07
- Em 28/09/2020 – R\$ 5.342.000,00 parcela 05 de 07
- Em 16/10/2020 – R\$ 5.342.000,00 parcela 06 de 07

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pelo Instituto são classificados sob as seguintes categorias:



- Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso do Instituto, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de “Receitas Financeiras e Despesas Financeiras”.

Em 31 de dezembro de 2020, o Instituto possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa “3”), nessa classificação.

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, o Instituto não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

- Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o Instituto possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa “4”), nessa classificação.

- Passivos Financeiros

O Instituto não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

- Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2020, no caso do Instituto, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa “12”).

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Instituto se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Instituto tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são,



subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades do Instituto. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa "7".

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Instituto, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.



A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa “10”.

2.7 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis “11”.

2.8 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa “12”.

2.9 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.10 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Instituto. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa “18”.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na



demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Instituto nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário do Instituto é o Lucro Real.

2.12 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades do Instituto, conforme mencionado na nota explicativa “21”.

2.13 Estimativas Julgamentos Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.14 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, o Instituto faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da



revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades do Instituto. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

O Instituto reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas informações intermediárias e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

O Instituto é parte de processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa “18”.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas informações intermediárias.

2.15 Custo Integrado com a contabilidade - Ociosidades

No mês de junho de 2020, o instituto iniciou a implantação de custo integrado por absorção, para tanto exigiu uma reestruturação de processos e atividades das áreas, afim de resultar em apurações com informações de “custos/contábeis” fidedignas ou mais próximo da realidade. No momento a institucionalização do custo integrado do Tecpar está passando por aperfeiçoamentos.

O resultado das apurações apresenta altos índices de ociosidades referente ao período de junho a dezembro de 2020. A principal causa das ociosidades ocorrem por conta da falta de apontamentos nas OPs e necessidade de reavaliação das estruturas de serviços e produtos. Os cadastros das estruturas de serviços e produtos do ERP necessitam ser reavaliados, pois as áreas produtivas não informaram devidamente em suas OPs os “tempos/minutos” utilizados efetivamente nos trabalhos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos contas movimento	827.004,12	65.267,48
Aplicações financeiras	91.581.674,27	74.115.935,83
	92.408.678,39	74.181.203,31

4. Contas a receber

Os saldos estão registrados pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade do instituto, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, e são decorrentes de operações comerciais com empresas ligadas menos a provisão para perdas no recebimento de clientes "PCLD" (imparment). O saldo está assim composto:

	2020	2019
Contas a receber de clientes (i)	64.343.280,55	66.614.032,08
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	(61.265.721,69)	(62.565.280,45)
	3.077.558,86	4.048.751,63

(i) A redução no saldo principal do contas a receber de clientes é principalmente decorrente de recebimento do cliente Secretaria Executiva – Departamento de logística em Saúde referente a venda do medicamento ao MS – Ministério da Saúde.

(ii) No exercício de 2018 foi realizada uma venda do medicamento trastuzumabe ao MS – Ministério da Saúde a um preço unitário inicial de R\$ 1.293,10. Contudo, decisão do TCU – Tribunal de Contas da União (acórdão) fez por desconsiderar tal valor e fixou o preço em R\$ 938,34, com aplicação e efetividade para todos os fornecimentos de 2018. Em 2019 e até 31/12/2020, confirmou-se e manteve-se tal parâmetro.

Nesse sentido, tendo em vista a provável não recuperabilidade de parte dos ativos oriundos das referidas vendas, a diferença referente aos 27,39% foram devidamente provisionadas.

5. Adiantamentos a funcionários e fornecedores

	2020	2019
Adiantamentos a funcionários	449.241,77	550.071,41
Adiantamentos para viagens	1.852,50	8.822,50
Adiantamentos a fornecedores	2.449.366,02	2.109.071,37
(-) Provisão de perdas adiantamento a fornecedores	(2.071.889,32)	(2.071.889,32)
	828.570,97	596.075,96

6. Tributos a recuperar

	2020	2019
IRRF a compensar	385.707,25	715.693,09
Saldo negativo IRPJ	125.931,56	-
CSLL a compensar	55.689,95	69.127,63
COFINS a compensar	511.921,88	344.448,37
PIS a compensar	125.639,92	86.881,72
	1.204.890,56	1.216.150,81

7. Estoques

	2020	2019
Estoque de matéria prima	-	328.631,55
Almoxarifado Central	3.556.717,93	3.446.717,37
Estoques de produtos em elaboração	4.467.925,36	3.638.978,56
(-) Provisão para perda de estoque	(3.935.590,40)	-
Estoque de produtos acabados	4.193.274,56	3.159.004,80
(-) Provisão para perda de estoque	(4.184.752,05)	-
Estoque de animais	168.956,26	157.719,00
Serviços a faturar	175.227,57	-
	4.441.759,23	10.731.051,28

8. Despesas antecipadas

	2020	2019
Seguros a apropriar	28.231,44	42.020,90
Assinaturas de periódicos a apropriar	3.525,96	35.961,80
Licença de uso de Software	39.131,97	26.990,02
Outros ativos	332,94	487,47
	71.222,31	105.460,19

9. Depósitos judiciais

	2020	2019
Depósitos judiciais trabalhistas.	1.783.671,08	3.096.651,80
	1.783.671,08	3.096.651,80

10. Imobilizado

a) Composição

Rubrica	Taxa de Depreciação em % anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido contábil	
				2020	2019
Máquinas e equipamentos	5%	54.026.003,62	(32.718.235,02)	21.307.768,60	23.298.254,87
Móveis e utensílios	7%	3.091.959,44	(2.150.868,19)	941.091,25	851.297,56
Ferramentas	7%	99.530,01	(77.677,80)	21.852,21	26.876,31
Computadores e periféricos	33%	5.337.733,20	(5.275.327,90)	62.405,30	111.050,12
Biblioteca	33%	27.677,68	(22.697,53)	4.980,15	5.936,39
Instalações	7%	7.812.260,53	(7.388.010,00)	424.250,53	853.017,78
Veículos	7%	424.137,89	(296.036,13)	128.101,76	152.516,65
Terrenos	0%	69.492.401,60	-	69.492.401,60	69.492.401,60
Edificações	3%	26.540.802,44	(11.453.287,28)	15.087.515,16	15.644.046,92
Obras de arte	0%	7.230,00	-	7.230,00	7.230,00
		166.859.736,41	(59.382.139,85)	107.477.596,56	110.442.628,20

b) Movimentação do imobilizado

Rubrica	Custo residual 2019	Adições	Baixas/ vendas	Depreciações	Líquido 2020
Máquinas e equipamentos	23.298.254,87	271.848,79	-	(2.262.335,06)	21.307.768,60
Móveis e utensílios	851.297,56	211.462,24	-	(121.668,55)	941.091,25
Ferramentas	26.876,31	-	-	(5.024,10)	21.852,21
Computadores e periféricos	111.050,12	69.659,71	-	(118.304,53)	62.405,30
Biblioteca	5.936,39	-	-	(956,24)	4.980,15
Instalações	853.017,78	-	-	(428.767,25)	424.250,53
Veículos	152.516,65	-	-	(24.414,89)	128.101,76
Terrenos	69.492.401,60	-	-	-	69.492.401,60
Edificações	15.644.046,92	99.600,00	-	(656.131,76)	15.087.515,16
Obras de arte	7.230,00	-	-	-	7.230,00
	110.442.628,20	652.570,74	-	(3.617.602,38)	107.477.596,56

Em 02 de janeiro de 2019, o Tecpar efetuou o ajuste relativo a revisão da vida útil dos bens de ativo imobilizado conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC – 27 Ativo Imobilizado, reconhecendo os efeitos no próprio exercício.

11. Intangível

a) Composição

Rubrica	Taxa de Amortização em % anual	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido contábil	
				2020	2019
Softwares	-	3.967.605,02	-	3.967.605,02	3.967.605,02
Outros ativos	-	-	-	-	119.838,02
Direito uso telefone	-	27.532,14	-	27.532,14	27.532,14
		3.995.137,16	-	3.995.137,16	4.114.975,18

b) Movimentação do intangível

Rubrica	Custo Residual 31/12/2019	Adições	Baixas/ vendas	Amortização	Líquido 30/09/2020
Softwares	3.967.605,02	-	-	-	3.967.605,02
Outros bens	119.838,02	-	(116.176,58)	(3.661,44)	-
Direito usos telefone	27.532,14	-	-	-	27.532,14
	4.114.975,18	-	(116.176,58)	2.449,53	3.995.137,16

Em 02 de janeiro de 2019, o Tecpar efetuou o ajuste relativo a revisão da vida útil dos bens de ativo imobilizado conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC – 04 Ativo Intangível, reconhecendo os efeitos no próprio exercício.

12. Fornecedores

	2020	2019
Contas a pagar aos fornecedores	125.675.754,83	126.787.459,02
	125.672.754,83	126.787.459,02

13. Obrigações trabalhistas e sociais

	2020	2019
Provisão para férias e encargos	4.725.831,41	4.833.820,22
IRRF s/folha	516.925,30	511.327,23
FGTS a pagar	265.120,19	258.422,36
INSS a pagar	827.305,24	800.151,99
Imposto sindical – Senge	350,70	-
Assistência médica	-	267.464,54
Auxílio alimentação a pagar	302.541,50	389.532,37
Assistência odontológica	4.681,98	4.668,29
	6.642.756,32	7.065.387,00

14. Obrigações tributárias

	2020	2019
IRRF a recolher	19.120,23	18.167,62
ISS a recolher	75.796,04	65.264,27
INSS retido a recolher	59.277,79	47.473,47
PIS, COFINS, CSLL lei 10.833/03	27.531,33	68.986,61
ICMS a recolher	2.014,13	1.969,07
	183.739,52	201.861,04

15. Provisão reajuste ACT (Acordo Coletivo Trabalho)

	2020	2019
Reajuste ACT/2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021	7.562.149,00	3.229.661,00
	7.562.149,00	3.229.661,00

16. Contas a pagar

	2020	2019
Ministério da Saúde	1.025.747,25	-
	1.025.747,25	-

Refere-se a devolução de vacinas antirrábica inativadas para cães e gatos pela Secretaria Executiva – Departamento de Logística em Saúde - Ministério da Saúde

17. Outras obrigações

	2020	2019
Adiantamento de clientes	188.834,16	-
Garantias contratuais	26.540,49	69.161,83
	215.374,65	61.161,83

Garantias contratuais: Refere-se a garantias contratuais de prestadores de serviços terceirizados, os valores acima estão aplicados em CDB no Banco do Brasil em contas individualizadas por fornecedor.

18. Contingências passivos

Conforme o relatório apresentado pelos assessores jurídicos do Instituto, para o mês de dezembro de 2020, existe contingências passivas decorrentes de processos judiciais em andamento com probabilidade de perda provável e possível, relativos a processos trabalhistas e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

Perdas Provável

O Instituto possui contingências trabalhistas e cíveis, as quais estão sendo discutidas em instâncias judiciais. Em 31 de dezembro de 2020 não havia provisão integral constituída. Conforme posição dos assessores jurídicos, os montantes a seguir informados, são:

DESCRIÇÃO	VALOR
<u>TRABALHISTAS</u>	
Processos Trabalhistas avaliados como perda provável	7.420.419,61
(-) Provisão para contingência trabalhista	(1.434.700,00)
Saldo das contingências não provisionadas	5.075.973,68
<u>CÍVEL</u>	
Processos cíveis avaliados como perda provável	893.988,53
(-) Provisão para contingência cível	0,00
Saldo das contingências não provisionadas	893.988,53

Perdas Possíveis

Além das situações anteriores, o Instituto possui causas trabalhistas consideradas como perdas possíveis cujo montante desses processos em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 808.642,45.

19. Subvenção governamental para investimento

Refere-se ao convênio 05/18 firmado com a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, e SETI – FUNDO PARANÁ, que visa o fomento do projeto



“Desenvolvimento de Novas Tecnologias de Produção de Medicamentos Biológicos no Campus do Tecpar em Maringá”

	2020	2019
Convênio 05/18-SEFIIUGF	32.197.406,83	-
	32.197.406,83	-

20. Patrimônio líquido

	2020	2019
Capital social integralizado	134.479.376,18	134.479.376,18
Adiantamento para futuro aumento de capital	95.965.137,08	52.101.596,00
Reserva de capital	34.351.401,60	34.351.401,60
Ajuste de avaliação patrimonial	34.706.006,07	34.706.006,07
Prejuízos acumulados	(258.370.464,21)	(185.717.883,73)
	41.131.456,72	69.920.496,12

Capital Social integralizado

O Capital Social do Instituto é de R\$ 134.479.376,18 (cento e trinta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), conforme ata da primeira Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2018.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Está representado por aportes recebidos do Governo do Estado do Paraná, os quais serão integralizados ao Capital social do Instituto.

Os valores referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento do Capital totalizam o montante de R\$ 95.965.137,08 (noventa e cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta e sete reais e oito centavos), conforme demonstrado a seguir:

- R\$ 16.907.077,00, Dec. nº 2718 do dia 10/09/2019, recebido em 09/10/2019;
- R\$ 19.725.817,00, Dec. nº 3208 do dia 30/10/2019, recebido em 27/11/2019;
- R\$ 15.468.702,00, Dec. nº 3608 do dia 10/12/2019, recebido em 19/12/2019;
- R\$ 6.886.616,08, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 13/11/2020;
- R\$ 3.000.000,00, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 10/12/2020;
- R\$ 13.976.925,00, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 21/12/2020;
- R\$ 20.000.000,00, Dec. nº 5958 do dia 26/10/2020, recebido em 22/12/2020.

Reserva de Capital / Doações Patrimoniais do Poder Público

Os valores que compõe o saldo da conta de Reserva de Capital totalizam o montante de R\$ 34.351.401,60 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e um mil e sessenta centavos), conforme segue:



I) O valor de R\$ 18.470.361,60 (dezoito milhões, quatrocentos e setenta mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta centavos) refere-se ao terreno/ quadra nº 18 do Parque Industrial de Maringá com área de 51.306,56 m², que foi doado ao Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar pela Prefeitura do Município de Maringá, para construção do Parque Biotecnológico da Saúde, conforme Lei Municipal nº 10.432.

II) O valor de R\$ 15.881.040,00 (quinze milhões, oitocentos e oitenta um mil e quarenta reais), refere-se ao terreno/quadra nº 19 do Parque Industrial de Maringá com área de 44.114,00 m², que foi doado ao Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar pela Prefeitura do Município de Maringá, para construção do Parque Biotecnológico de Saúde, conforme Lei Municipal nº 10.432.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os valores registrados em Ajuste de Avaliação Patrimonial totalizam R\$ 34.706.006,07 (trinta e quatro milhões, setecentos e seis mil, seis reais e sete centavos) conforme segue:

I) O valor de R\$ 25.846.955,85 (vinte e cinco milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) refere-se ao Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, registrado de acordo com Laudo de Avaliação de Imóveis (terrenos), realizados em 2017 por empresa especializada. Este laudo é base para a aplicação do custo atribuído (deemed cost), conforme previsão na Lei 11.638/07, 11.941/09 e Pronunciamentos Contábeis. O ajuste referido se faz para o terreno da cidade de Curitiba-PR, Unidade CIC.

II) O valor de R\$ 8.859.050,22 (oito milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cinquenta reais e vinte e dois centavos), refere-se ao Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, registrado de acordo com Laudo de Avaliação de Imóveis (terrenos), realizado em 2017 por empresa especializada. Este laudo é base para a aplicação do custo atribuído (deemed cost), conforme previsão na lei 11.638/07, 11.941/09 e Pronunciamentos Contábeis. O ajuste referido se faz para o terreno de cidade de Jacarezinho-PR.

Ajustes de Exercícios anteriores

No exercício de 2020, houve um ajuste de exercícios anteriores de R\$ 777.000,00 para regularizar o saldo a carteira de clientes, conta Fundação Oswaldo Cruz.

21. Receitas

a) Receita operacional bruta

	2020	2019
Receita de vendas de produtos	9.035,00	1.977.482,50
Receitas de serviços	7.756.080,47	8.951.774,68
Receitas de convênios	749.820,00	229.400,00
	8.514.935,47	11.158.657,18

b) Deduções da receita bruta

ICMS s/vendas	1.940,28	6.517,37
ISS s/vendas	387.459,41	447.495,81
Cofins	650.395,82	812.759,53
PIS	138.735,61	169.411,03
	-----	-----
	1.178.531,12	1.436.183,74
	-----	-----

c) Receita operacional líquida **7.336.404,35** **9.722.473,44**

22. Custos dos produtos e serviços

	2020	2019
	-----	-----
CPV – custos dos produtos vendidos	903,00	-
CSV – custos dos serviços vendidos	2.889.907,70	-
Perdas de estoques de vacina	8.120.342,45	-
Perdas de estoques de animais	2.049.586,85	-
Custos com ociosidades – MO	13.587.959,95	-
Custos com ociosidades – Gastos gerais	5.804.893,80	-
	-----	-----
	32.453.593,75	-
	-----	-----

a) Lucro bruto **(25.117.189,40)** **9.722.473,44**

23. Despesas com pessoal

	2020	2019
	-----	-----
Salários	14.379.457,55	23.493.884,43
Férias	1.956.371,44	2.885.880,28
13º salário	1.380.797,09	2.361.544,70
Gratificações	1.227.697,93	1.486.301,99
Auxílio creche	60.513,00	158.069,66
Adicional de insalubridade	93.912,22	251.105,42
Seguros	40.590,26	53.247,76
Assistência médica/odontológica	1.479.764,11	2.306.560,04
Tecprev	295.385,51	451.796,88
Adicional de periculosidade	61.717,66	27.507,77
Auxílio alimentação	2.409.163,21	4.788.654,61
Uti móveis	5.739,90	13.197,92
Salário maternidade – Progr. Empr. Cidadã	52.425,51	65.258,72
Provisão – acordo coletivo de trabalho	2.623.078,66	-
Cedidos	111.944,02	188.927,80
Indenizações trabalhistas	6.720,12	7.840,14
(-) recuperação de salários	(363.273,78)	(416.592,66)
INSS – empresa	5.241.492,55	8.894.461,76
FGTS	1.517.691,23	2.566.754,01
	-----	-----
	32.581.188,19	49.584.401,23

24. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
	-----	-----
Água e esgoto	399.198,20	485.408,01
Energia elétrica	3.274.855,89	4.562.436,07
Telefone	111.838,81	147.659,37
Material de expediente	24.882,22	82.543,59
Correios e malotes	15.456,10	11.920,93
Fretes e carretos	98.347,86	359.066,61
Seguros	81.193,12	93.657,41
Hospedagens	4.211,29	40.392,88
Manutenção de máquinas e equipamentos	163.998,60	289.839,12
Combustíveis e lubrificantes	47.697,05	111.100,72
Serviços de terceiros - PF	734.909,66	788.745,03
Serviços de terceiros – PJ	2.771.842,66	3.522.861,92
Dispêndio com alimentação em serviço	-	3,99
Feiras/ congressos / simpósios/ cursos	23.267,36	76.068,41
Vale transporte	36.553,74	93.941,95
Livros/ jornais/ revistas e periódicos	23.615,39	22.679,78
Sindicatos Patronais	-	0,03
Serviços de vigilância	1.726.221,69	2.395.973,06
Serviços de limpeza	1.015.130,94	1.607.008,44
Embalagens	98.040,34	391.676,83
Estagiários	298.502,04	366.255,82
Bolsistas	138.400,00	107.200,00
Artes gráficas	11.474,40	52.909,63
Brindes, homenagens e eventos	351,00	11.413,00
Confecções de quadros/placas	169,00	-
Cópias	41,80	313,00
Ginastica laboral	10.269,16	-
Locação de equipamentos/ móveis e imóveis	238.358,33	126.081,86
Manutenção de veículos	7.689,00	15.492,96
Paisagismo	108.960,03	30.901,50
PCMSQ	180,00	35,00
Serviços de Hialotécnica	5.590,20	18.762,10
Equipamentos de segurança	27.362,48	35.569,25
Material de consumo	48.488,59	47.311,44
Despesas com pedágio	2.247,55	6.442,96
Serviços de transporte – funcionários	427.853,86	893.667,02
Alimentação em viagens	5.802,58	33.072,43
Taxi – viagens	22.168,63	70.432,77
Passagens	71.567,94	342.801,49
Estacionamento	347,50	2.145,50
Manutenção de instalação	215,90	224,08
Produtos químicos	634.603,94	238.490,13
Produtos biológicos, médicos e farmacêuticos	208.325,56	268.672,29
Utensílios de laboratórios	224.280,95	153.213,95
Vidrarias	26.983,29	7.891,57
Gases para laboratórios	33.356,27	42.960,91
Artigos vestuário, copa, coz e p/laboratório	5.424,56	28.191,04



Artigos higiene, limpeza e conservação	32.487,17	66.583,20
Acessórios para veículos	9.404,89	6.162,63
Ração	-	267.642,10
Gêneros alimentícios	11.238,48	31.494,84
Materiais p/conservação de bens imóveis	153.909,24	(64.646,58)
Bens não imobilizados	7.928,31	47.952,17
Acessórios máquinas, motores e aparelhos	-	37.976,70
Taxa Sindan	11.994,35	54.478,08
Conselhos regionais de classes	8.720,62	19.178,88
Editais para licitação	17.364,00	23.969,48
Despesas com cartórios	614,97	2.180,99
Video foto/som	18,00	-
Locação de veículos	97.227,86	163.270,97
Despesas Inmetro taxas	61.839,21	150.078,00
Manutenção e conservação de móveis	-	596,94
Diárias	43.375,90	220.082,25
Licença de uso de software	45.607,76	103.886,29
Manutenção de imóveis (uso comum)	1.821.863,15	4.606.314,20
Manutenção imóveis	31.900,00	354.234,52
Serviços de banco de dados	3.194,08	7.828,12
Propaganda e publicidade	-	729,00
(-) Redução de despesas	(622.526,87)	-
(-) Recuperação de despesas	(2.171.158,11)	(2.112.391,05)
Depreciações	1.968.570,01	3.355.747,54
Amortizações	3.655,06	(1.827.342,56)
Outras despesas operacionais	926.839,49	2.767.532,44
	-----	-----
	15.674.343,05	26.266.975,00

25. Despesas tributárias

	2020	2019
	-----	-----
Cofins s/receitas operacionais diversas	24.758,24	256,10
Pis s/ receitas operacionais diversas	5.365,84	39,53
ISS s/ receitas operacionais/ ISS retido	2.060,20	2.183,35
Pis, Cofns, CSLL retido	(0,01)	8,90
ICMS s/devolução de equipamentos e outros	4.054,07	-
ICMS s/compras	73.828,83	55.126,03
IOF	1.227,69	1.023,86
IPTU	426.363,78	532.742,17
IPVA / seguro obrigatório	6.048,46	17.593,77
Encargos bancários	74,40	20.000,00
Taxas entidade pública – prestação serviços	59.044,70	100.876,86
IRRF	14,23	39.357,43
Multas	3.545,89	14.009,04
	-----	-----
	606.386,32	783.217,04

26. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Outras receitas

	2020	2019
Reversão de provisões	1.362.940,90	316.206,43
Receita com alienação de imobilizado	-	261.530,01
Variações de estoques	-	501.858,44
Reversão projeto PDP	-	36.876.083,90
Outros ganhos	324.641,01	114.384,37
	1.687.581,91	38.070.063,15

b) Outras despesas

Custos alienação / baixa imobilizado	(22.849,11)	(455.925,04)
Provisão para contingência	(1.395.940,66)	(44.500,00)
Provisão para perdas com clientes	(63.382,14)	(41.775,57)
Variações de estoques	(952,90)	-
	(1.483.124,81)	(542.200,61)

Outras receitas (despesas) operacionais	204.473,50	37.527.862,54
--	-------------------	----------------------

27. Resultado financeiro

a) Despesas financeiras

	2020	2019
Juros passivos	(710,63)	(2.980,32)
Descontos concedidos	(38,86)	(2,82)
Encargos bancários	(20.074,40)	-
Variações cambiais passivas	(1.722,56)	-
	(22.546,45)	(2.983,14)

b) Receitas financeiras

Taxas selic s/ IRPJ e CSLL a compensar	-	25.267,09
Rendimentos aplicação financeira – Tecpar	1.104.719,29	3.188.577,92
Rendimentos aplicação financeira – convênios	2.693,25	8.389,54
Juros ativos	7.909,47	15.628,18
Descontos obtidos	40,87	262,64
Multas recebidas	20,44	-
Variações cambiais ativas	7.307,71	-
Taxas Selic s/IRPJ e CSLL saldo negativo	21.908,40	-
	1.144.599,43	3.238.125,37

Resultado financeiro líquido	1.122.052,98	3.235.142,23
-------------------------------------	---------------------	---------------------

28. Resultado líquido do exercício	(72.652.580,18)	(26.149.115,06)
---	------------------------	------------------------

29. Índices financeiros

		2020	Índices	2019	Índices
Liquidez Corrente =	AC	102.032.680,32	0,72	90.878.693,18	0,66
	PC	141.302.521,57		137.353.529,89	

O índice de Liquidez Corrente indica a capacidade de saldar compromissos de curto prazo. Quanto maior o resultado deste índice, melhor, visto demonstrar disponibilidade de recursos para a empresa. O resultado obtido superior a 1 é considerado bom resultado para a empresa.

Liquidez Geral =	AC+RLP	103.816.351,40	0,73	93.975.344,98	0,68
	PC+ELP	142.737.221,57		138.612.452,24	

O índice de liquidez Geral mede a capacidade global de saldar compromissos e/ou dívidas. Quanto maior o resultado obtido, melhor. Resultado superior a 1 é considerado bom resultado para a empresa

Solvência Geral =	ATIVO TOTAL	215.289.085,12	1,51	208.532.948,36	1,50
	PC+ELP	142.737.221,57		138.612.452,24	

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recurso líquidos, também os permanentes.

30. Cobertura de seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são consideradas suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Diretores e Contador

Jorge Augusto Callado Afonso
Diretor Presidente

Marcos Alfredo Bonoski
Diretor Administrativo e Financeiro

Emerson Bustos Tozi
Contador CRC-PR-045122/O-6